

Resumo de notícias econômicas

20 de Junho de 2022 (segunda-feira)

Ano 3 n. 369

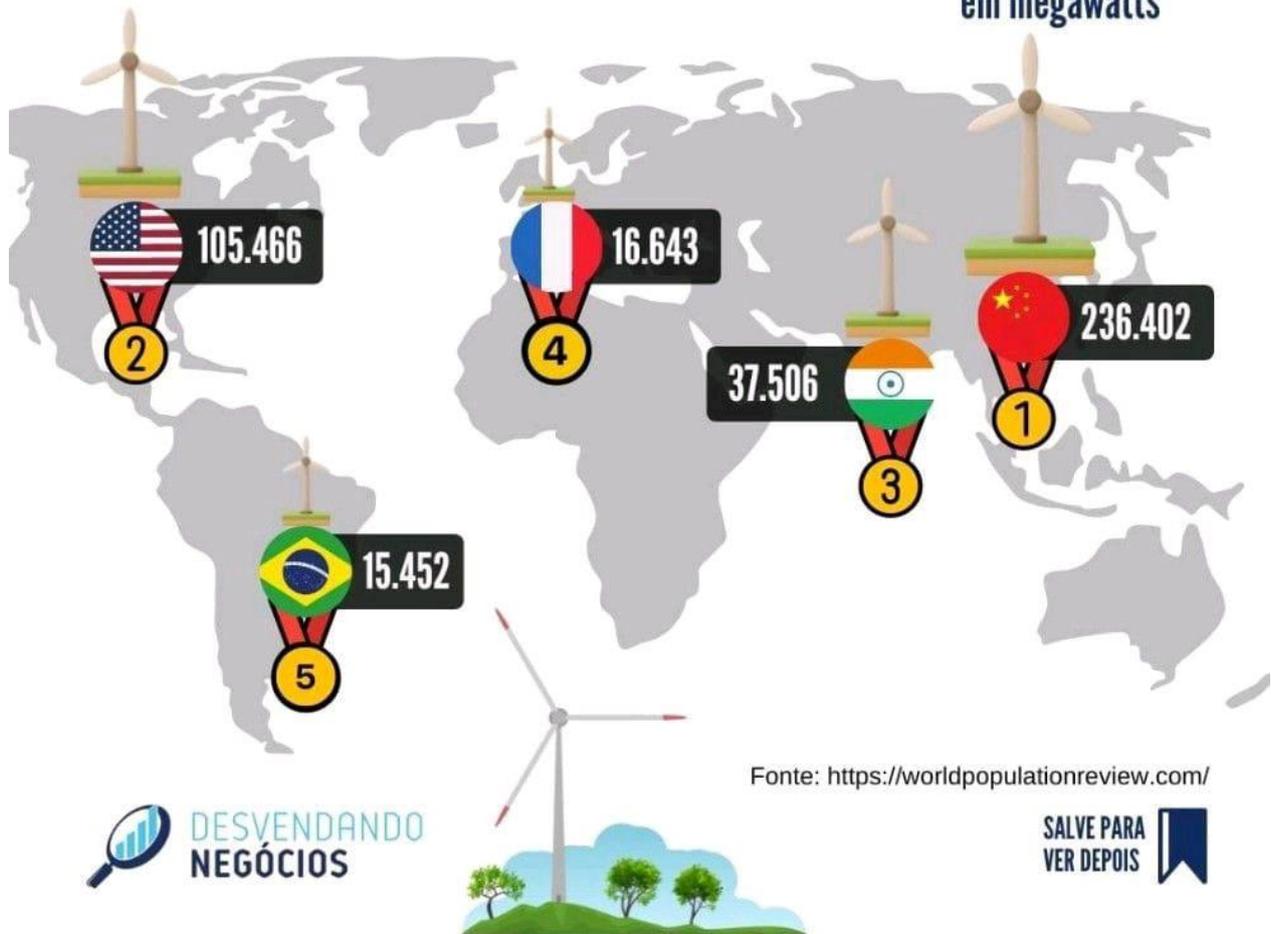
Núcleo de Inteligência da ADECE/SEDET



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

OS PAÍSES QUE MAIS PRODUZEM ENERGIA EÓLICA NO MUNDO

em megawatts



“The best way to **predict** the future is to **create it**”

Abraham Lincoln

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 20 DE JUNHO DE 2022

- Petrobras reajusta preços; Planalto e Congresso reagem
- Taxar a exportação de petróleo entra para conter preços
- Aumento não elimina defasagem dos combustíveis
- Decisão de Mendonça pode custar R\$ 31 bi para Estados
- Reajustes ao longo do ano anulará o efeito do corte de ICMS
- Reajuste deve elevar o IPCA em 0,2%
- BC eleva Selic a 13,25% e sinaliza novo aumento; Fed faz maior alta em 28 anos
- Alta do juro no Brasil e nos EUA faz da renda fixa o porto seguro
- BC americano aumenta juros em 0,75%, maior alta desde 1994
- Estados temem ficar sem compensação
- Bolsonaro pede ao STF suspensão de leis estaduais

Petrobras reajusta preços; Planalto e Congresso reagem (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

A Petrobras anunciou reajuste de 5,2% no preço da gasolina e de 14,2% no diesel. O reajuste entra em vigor e deve pressionar a inflação. O presidente chamou o aumento de “traição ao povo brasileiro” e disse que articula a criação de uma CPI para investigar a direção da Petrobras – indicada pela sua gestão. O presidente da Câmara, Arthur Lira, defendeu cobrança em dobro do imposto sobre o lucro da petroleira para bancar um subsídio ao diesel. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, quer a criação de um fundo. No STF, o ministro André Mendonça determinou que os Estados cobrem alíquotas uniformes de ICMS sobre combustíveis.

A estatal anunciou aumento de 5,2% na gasolina e de 14,2% no diesel, preço cobrado nas refinarias. O reajuste, que entra em vigor, deve pressionar mais a inflação e provocar novo desgaste a Bolsonaro. Em meio a ameaças de retaliação de todos os lados, as ações da Petrobras chegaram a cair quase 10% e fecharam com desvalorização de 6,09%, o que corresponde à perda de R\$ 27,3 bilhões em valor de mercado.

Bolsonaro está articulando a criação de uma CPI para investigar a direção da Petrobras que ele mesmo indicou. O presidente da Câmara, Arthur Lira defendeu dobrar o imposto cobrado sobre o lucro da petroleira para bancar um subsídio ao diesel, pago pela estatal ou na forma de uma “bolsa” para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativo. Lira disse que os parlamentares debaterão a política de preços da empresa.

Taxar a exportação de petróleo entra para conter preços (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

A ofensiva do Congresso contra a Petrobras colocou na mesa das negociações a proposta de taxação das exportações de petróleo. Quanto maior o preço do produto, maior a receita potencial do Imposto de Exportação (IE) com a venda ao exterior do petróleo produzido pela estatal. A ideia é que a sua arrecadação bancaria a redução dos preços dos combustíveis. A proposta será discutida na reunião de líderes dos partidos que Arthur Lira convocou para a discutir a política de preços da Petrobras. No ano passado, as exportações chegaram a US\$ 30 bilhões com a média do preço do barril em

torno de US\$ 70. Hoje, o preço do petróleo Brent para agosto está em US\$ 113. Com média em US\$ 110, as exportações chegariam a US\$ 50 bilhões neste ano.

Em reação ao reajuste, Lira anunciou que os parlamentares vão aprovar proposta para dobrar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Petrobras para bancar diferença do custo do diesel do exterior ou para ser usados para um vale para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativos, fora do teto de gastos. Na prática, é um subsídio. Segundo ele, já há uma proposta similar a essa nos Estados Unidos, feita pelo presidente Joe Biden. “As petrolíferas lá pagam 21% de impostos sobre o lucro, e eles estão discutindo dobrar para 42%”, disse.

Por ser uma contribuição, o aumento da CSLL para entrar em vigor precisa de prazo de três meses (chamado de noventena). Já uma elevação do Imposto de Renda demandaria esperar a virada do ano para começar a ser cobrada. Hoje, a alíquota da CSLL para as empresas de petróleo é de 9%. Lira disse que o Congresso vai mudar a política de reajuste, hoje atrelada ao preço em dólares praticado no mercado internacional. “Ela não revela como faz essa contabilização da política de preços. É necessário que agora tenhamos de discutir essa política de preços da Petrobras”, disse.

Aumento não elimina defasagem dos combustíveis (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

O reajuste da Petrobras sobre o preço do diesel e da gasolina não é suficiente para eliminar a defasagem dos preços da companhia em relação ao mercado internacional, segundo estimativas de bancos e da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). A defasagem do diesel caiu de 21% para 9%, e da gasolina de 13% para 5%, no cálculo da entidade que reúne dez importadores de médio e pequeno portes. Para equiparar os preços ao mercado externo, a Petrobras agora teria de elevar o diesel em R\$ 0,52, e a gasolina em R\$ 0,22, segundo o presidente da Abicom, Sérgio Araújo.

Segundo a Petrobras, manter os preços em paridade com o mercado internacional é necessário para garantir o abastecimento do País, já que os importadores teriam dificuldade de importar os combustíveis a um preço maior e competir com os preços mais baixos no Brasil. A preocupação é justificada pela escassez de diesel no mercado internacional, por conta da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Decisão de Mendonça pode custar R\$ 31 bi para Estados (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

A decisão do ministro André Mendonça, do STF, de estender a nova forma de cobrança do diesel do ICMS para todos os combustíveis têm impacto adicional estimado em R\$ 31 bilhões a menos nos cofres estaduais. Com a decisão, os Estados terão de cobrar o ICMS de diesel, gasolina, etanol, gás e biodiesel com base na média de preços dos últimos cinco anos. A medida passa a valer em 1.º de julho e é uma tentativa do governo de reduzir mais rapidamente os preços dos combustíveis. “Ele (Mendonça) antecipou (a cobrança sobre) todos os combustíveis, e não só o diesel, com média móvel dos últimos 60 meses”, disse o presidente do Comitê Nacional de Secretário de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, ao Estadão.

Segundo Padilha, o projeto aprovado que fixa o teto do ICMS já trazia um impacto de R\$ 100 bilhões em 12 meses. Esse projeto reduz de uma vez e permanente as alíquotas do ICMS de energia elétrica, telecomunicações, transporte público e combustíveis. Ele avaliou que o Supremo não vai validar essa extensão determinada pelo ministro Mendonça. O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) decidiu em reunião ontem que vai recorrer da decisão de Mendonça na segunda-feira, em pedido a ser enviado para o presidente do STF, Luiz Fux.

A decisão de André Mendonça atende a petição apresentada pelo governo em ação na qual questionava a forma como os Estados regulamentaram a lei complementar 192, que fixou alíquota única do ICMS para o diesel. Na avaliação dos secretários, a medida representará uma perda para as finanças dos Estados maior do que a do projeto aprovado pelo Congresso que fixa teto entre 17% e 18% (a depender de cada Estado) para a alíquota do ICMS de combustíveis, energia e transporte público.

Reajustes ao longo do ano anulará o efeito do corte de ICMS (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

O reajuste de ontem dos combustíveis não anula o efeito da redução de ICMS pretendido pelo governo. Mas, como são esperadas novas altas, o impacto do corte

tributário pode ser eliminado, avalia Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria e pesquisadora associada do IBRE-FGV.

A alta para a gasolina será de R\$ 0,15 por litro, enquanto a desoneração esperada pelo governo pode significar redução de R\$ 1,65 no litro da gasolina. No caso diesel, o reajuste vai encarecer o litro em R\$ 0,63, ante um corte de R\$ 0,76 previsto com a redução do ICMS. “Novos reajustes são previstos para este ano, seja por conta da pressão cambial ou do preço internacional dos combustíveis”, diz Juliana. Ela diz que a política de desonerações evita uma inflação hoje, mas que pode ser devolvida em 2023.

O economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, diz que o reajuste era esperado em razão da crise do petróleo por causa do câmbio, situação aprofundada com a guerra na Ucrânia. O que reverbera mais, em sua opinião, é a ingerência que o governo quer fazer na Petrobras e na sistemática de preços dos combustíveis. “Cada vez que o governo tenta interferir na política de preços como tem feito, a expectativa de inflação se mantém ou até aumenta”, diz Vale. A MB segue com previsão de 8,7% de inflação neste ano, mas a tendência é de ficar acima disso. “Tudo o que o governo tem feito na boa intenção de ajudar tem tido efeito contrário.”

Reajuste deve elevar o IPCA em 0,2% (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

O aumento dos preços da gasolina e do diesel nas refinarias anunciado pela Petrobras deve ter reflexos na inflação, pressionando ainda mais os preços para cima.

O economista-chefe da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano, calcula que o aumento deve ter impacto de 0,2 a 0,25 ponto porcentual sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2022. O cálculo não leva em conta o efeito do corte do ICMS proposto pelo governo para reduzir os preços dos combustíveis. “É um impacto dividido entre junho e julho, usando a estrutura de impostos atual.”

Já o economista Leonardo Costa, da ASA Investments, calcula um impacto de 0,22% sobre o IPCA deste ano. As mudanças, no entanto, não mudam a avaliação de que o pico da inflação em 12 meses ficou em abril. “Na minha expectativa, temos um IPCA que acelera a 12% nos 12 meses até junho, mas o pico anterior é de 12,13%”, diz o economista. Nos 12 meses encerrados em maio, o IPCA acumulava alta de 11,73%.

BC eleva Selic a 13,25% e sinaliza novo aumento; Fed faz maior alta em 28 anos (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

O Copom elevou a taxa básica de juros em 0,50%, para 13,25%, o maior nível desde janeiro de 2017, e afirmou que, em agosto, haverá nova alta, entre 0,25 e 0,50 ponto. Nos EUA, o Fed elevou a taxa em 0,75% ponto. Os juros oscilarão entre 1,5% e 1,75%. O Copom do Banco Central anunciou alta de 0,50% para a Selic, que passou de 12,75% para 13,25% ao ano. Foi o 11.º aumento consecutivo da Selic, que alcança o maior patamar desde janeiro de 2017 (13,75%). Os integrantes do colegiado sinalizaram uma nova elevação na reunião programada para agosto, de magnitude igual ou menor (o que indica entre 0,25% e 0,5%). Segundo o Copom, a decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação “para o redor da meta ao longo do horizonte relevante”, hoje focado em 2023. A inovação é a palavra “ao redor”, que não constava no comunicado anterior. Para alguns economistas, isso pode indicar que o BC começa a abrir mão do centro da meta da inflação (3,25%) também do ano que vem – ampliando o horizonte de convergência da inflação apenas em 2024.

O Copom ainda não incluiu em seu cenário os impactos do pacote de redução de tributos proposto pelo governo para reduzir os preços de combustíveis, além de energia elétrica e telecomunicações. “O Copom mencionou que, se as medidas debatidas agora no Congresso (para desonerar combustíveis) passarem do jeito que estão, provavelmente vão tirar inflação de 2022 e jogar para 2023. Se ele (o BC). “No fundo, o Copom está dizendo que a política fiscal está indo na contramão da política monetária.”

Na economia americana ou aqui, um aumento dos juros encarece o crédito e o custo da dívida pública. Com financiamento mais caro, empresas podem também passar a investir menos, impactando negativamente o PIB, o emprego e a renda. Além disso, juros mais altos nos EUA elevam a atratividade de se investir em títulos de renda fixa americanos, o que tende a aumentar o ingresso de recursos na maior economia do mundo e, conseqüentemente, valorizar o dólar frente a outras moedas.

Alta do juro no Brasil e nos EUA faz da renda fixa o porto seguro (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

O Federal Reserve elevou os juros nos Estados Unidos em 0,75%, para a faixa entre 1,50% e 1,75% ao ano. Quando há o aumento dos juros americanos, é comum ver o dinheiro migrar para lá, atrás de títulos públicos seguros. Mas analistas afirmam que há boas oportunidades no Brasil, que ontem subiu a taxa básica, de 12,75% para 13,25%.

Considerando uma inflação de 8,89% no ano, como consta do mais recente Boletim Focus parcial divulgado pelo Banco Central, alguns produtos financeiros podem trazer uma rentabilidade real positiva, ainda que o valor seja baixo, segundo os cálculos do professor de Finanças da FGV-SP Fabio Gallo. Como se comportam os investimentos no atual cenário: Quando a Selic está abaixo de 8,5% ao ano, o rendimento é de 70% da Selic mais a taxa referencial (TR), que está zerada. Quando é superior a 8,5% ao ano, o rendimento passa a ser de 0,5% ao mês mais a TR. Ou seja, já atingiu o teto.

É possível encontrar CDBs indexados a taxas flutuantes, como o CDI, que segue o movimento da Selic. É um momento interessante para o investidor pessoa física, já que possui seguro FGC (Fundo Garantidor de Créditos). Enquanto isso, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e do Agronegócio (CRA) têm risco de crédito adicional, porque são atrelados ao tipo de ativo em que eles investem e do emissor. O único lastro são os bens, não têm um banco por trás. Pagam um pouco mais do que CDB e possuem isenção de IR para investidor de varejo.

BC americano aumenta juros em 0,75%, maior alta desde 1994 (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

Pressionado pela alta da inflação, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) anunciou ontem aumento de 0,75 ponto porcentual para a taxa básica de juros do país – que vai oscilar agora entre 1,5% e 1,75% ao ano, a mais elevada desde março de 2020. Foi o terceiro aumento consecutivo dos juros e o maior em porcentual em quase três décadas. A última vez que o Fed elevou os juros em 0,75 ponto foi em 1994. Em entrevista depois do anúncio, o presidente do Fed, Jerome Powell, afirmou que a política monetária terá de ficar “modestamente restritiva” e que a taxa de juros chegará a algum nível entre 3% e 3,5% até o fim do ano.

Segundo ele, os caminhos para trazer a inflação para a meta de 2% ficaram “muito mais desafiadores” devido a fatores que não estão sob o controle do Fed,

referindo-se aos impactos da guerra na Ucrânia. Powell disse ainda que flutuações nos preços de commodities poderiam impedir o “pouso suave” da economia dos EUA.

Até a semana passada, um aumento de 0,75% era visto como pouco provável pelo mercado. Porém, a divulgação de novos dados sobre a inflação mudou essa visão. Em maio, o índice de preços ao consumidor chegou a 8,6% em 12 meses, o maior nível em 40 anos. Apenas em maio, a alta foi de 1% sobre abril, o que fez os investidores apostarem em um aperto ainda maior das taxas de juros.

Estados temem ficar sem compensação (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

A decisão da Câmara de mudar a base de cálculo das perdas com a fixação de um teto de 17% para o ICMS – que seriam compensadas a partir do acionamento de um “gatilho” – pode significar, na avaliação dos Estados, nenhum centavo de repasse.

A mudança das alíquotas do ICMS e a compensação dos Estados estão previstas em projeto aprovado no Congresso. A alteração do tributo vale para combustíveis, energia elétrica, transporte público e telecomunicações – itens que têm apresentado alta de preços, gerando preocupação na campanha à reeleição de Bolsonaro.

Depois de pressão dos secretários de Fazenda dos Estados, o Senado definiu que o gatilho para o governo federal compensar os Estados seria acionado quando houvesse queda real superior a 5% na arrecadação com combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte público. Por esse modelo, os Estados estimavam recuperar cerca de 80% das perdas. Além disso, os valores da compensação seriam corrigidos pelo IPCA.

Bolsonaro pede ao STF suspensão de leis estaduais (20/06/2022)

O Estado de S. Paulo.

O presidente Jair Bolsonaro apresentou ação ao STF pedindo a suspensão de todas as leis estaduais que tratam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis. Já os governadores avaliam que o projeto aprovado pelo Congresso que fixa teto para o ICMS é inconstitucional e planejam recorrer ao STF. Há Estados que estudam, inclusive, não aplicar a lei para combustíveis com base em análise jurídica das suas procuradorias. Para isso, terão de ajuizar uma ação.

Bolsonaro, porém, argumentou que o “alto custo gerado por alíquotas excessivas” sobre um produto essencial estaria prejudicando os consumidores, o que leva à inconstitucionalidade das leis estaduais. O texto também foi assinado pelo advogado-geral da União, Bruno Bianco Leal. O processo foi distribuído por sorteio ao ministro Gilmar Mendes. A União pede ao Supremo que estabeleça como regra a obrigatoriedade de todos os Estados e o Distrito Federal obedecerem “ao critério da essencialidade”, não podendo fixar alíquotas superiores às das operações em geral.

PARA NÃO ERRAR MAIS

O uso da palavra **MEIO** pode variar ou não, pois ele pertence a mais de uma classe gramatical.

MEIO

Numeral = Metade. Concorda com o substantivo.

Exemplo: Luan bebeu **meio** litro de uísque. / Luan bebeu **meia** garrafa de cerveja.

MEIO

Advérbio = Mais ou menos. Não varia.

Exemplo: A garota ficou **meio** nervosa. / Os torcedores saíram **meio** satisfeitos.

MEIO

Substantivo. Precedido de artigo

Exemplo: **O meio** em que Luan vive é uma loucura. Assim, **os meios** são sempre justificáveis.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.
Assessoria de Comunicação – ADECE
Fone: (85) 3108.2700
www.adece.ce.gov.br***

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

ATUALIZADO 13.05.2022

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN A DEZ)					
	2018	2019	2020*	2021*	2022**
Ceará	1,45	2,09	-4,16	6,63	1,25
Brasil	1,78	1,22	-3,88	4,65	0,50

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 24/03/2022.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN A DEZ)					
	2018	2019	2020*	2021*	2022**
Ceará	155,90	163,58	163,86	192,31	207,27
Brasil	7.004,14	7.389,13	7.467,62	8.679,49	9.285,51

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020*	2021*	2022**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,21	2,19	2,22	2,23
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 24/03/2022.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA (%)									
REGIÃO/ANO	FEV/18	JAN-DEZ/18	FEV/19	JAN-DEZ/19	FEV/20	JAN-DEZ/20	FEV/21	JAN-DEZ/21	FEV/22
Ceará	1,52	1,81	3,16	1,77	1,57	-3,84	-0,30	4,98	0,30
Nordeste	1,26	1,32	1,04	0,45	2,12	-3,51	-2,53	3,69	2,62
Brasil	1,64	1,32	2,05	1,05	0,42	-4,05	-0,80	4,60	0,44

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (ACUMULADO DE JAN A ABR)						
	2018	2019	2020	2021	2022	Var (21 - 22) %
Exportações	639,07	736,83	680,49	654,86	798,13	21,88
Importações	798,31	670,38	826,01	976,37	1.941,13	98,81
Saldo Comercial	-159,24	66,45	-145,52	-321,51	-1.143,00	255,51

Fonte: MDIC.

PRINCIPAIS ÍNDICES					
ATIVIDADE – CEARÁ	Variação Acumulada de Janeiro a Março				
	2018	2019	2020	2021	2022
Produção Física Industrial	2,7	-0,4	-1,4	5,8	-12,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-5,7	-0,6	-7,8	15,2
Pesquisa Mensal do Turismo	-2,7	10,6	-9,3	-34,5	47,7
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,5	-7,5	-6,1	4,8
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,5	1,1	-3,1	-0,3	5,2
Vendas Mensais de Materiais de Construção	-8,1	5,3	11,7	15,4	28,6

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior.

AV. WASHINGTON SOARES, 999 – PAVILHÃO LESTE – PORTÃO D – 2º MEZANINO – EDSON QUEIROZ

CEP: 60811-341 | FORTALEZA/CE | TEL.: (85) 3108.2700 – E-MAIL: adece@adece.ce.gov.br

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ					
INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.4	2022.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	11,1	11,0
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	47,2	45,2
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.467 (100%)	7.479 (100%)
Força de trabalho (mil) (a=b+c)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.961 (53%)	3.803 (51%)
Ocupada (mil) (b)	3.676	3.762	3.260	3.522	3.384
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.622	1.580
Informal (mil)	2.046	2.060	1.726	1.900	1.804
Desocupada (mil) (c)	412	423	549	439	419
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.506 (47%)	3.676 (49%)
Desalentados (mil)	328 (10,2%)	358 (11,1%)	466 (12,2%)	380 (10,8%)	385 (10,5%)

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.778	1.872	1.798	1.800	1.738
--	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS								
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*	2022*
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.441.497	1.521.965	1.530.890
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.368.329	8.852.080	8.877.166
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.236.176	48.997.477	49.612.650
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,23	17,19	17,25
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,12	3,11	3,09
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,10	18,07	17,89

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

Nota: * **O estoque de empregos 2021:** Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.

** **O estoque de empregos 2022:** Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021 + o saldo das contratações de 2022.

Movimentação do emprego formal – Ceará – 1996 – Março/2022.

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
2022*	132.279	123.354	8.925
2021*	495.733	415.265	80.468
2020*	373.222	367.277	5.945
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
Subtotal	7.414.302	6.871.223	543.079
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
Total			612.627

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Nota: * Valores sujeitos a revisão.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN A ABR)					
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Abertura	23.381	26.994	27.598	37.191	36.795
Fechamento	52.696	10.484	9.759	11.917	15.947
Saldo	-29.315	16.510	17.839	25.274	20.848

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN A ABR)						
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	2022	Var (18 - 22) %
	5.661.429	5.547.358	5.482.558	5.718.556	5.940.895	4,94

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN A MAR)						
	2018	2019	2020	2021	2022	Var (20 - 22) %
Ceará	2.777.553	2.931.400	2.881.047	3.106.936	3.103.984	7,74

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

Núcleo de Inteligência ADECE/SEDET

FECHAMENTO DE MERCADO

BOLSAS

<u>IBOV</u>	99.825,00
<u>NASDAQ</u>	10.798,35
<u>DOW JONES</u>	29.888,78
<u>S&P 500</u>	3.674,84
<u>Nikkei 225</u>	25.963,00
<u>LSE LONDRES</u>	7.052,00

MOEDAS

<u>DÓLAR</u>	R\$ 5,05
<u>EURO</u>	R\$ 5,33
<u>GBP - USD</u>	1,24
<u>USD - JPY</u>	132,42
<u>EUR - USD</u>	1,05
<u>USD - CNY</u>	6,70
<u>BITCOIN</u>	\$20.471,48

COMMODITIES

<u>BRENT (US\$).</u>	113,12
<u>Prata (US\$).</u>	21,57
<u>Boi Gordo (US\$).</u>	138,03
<u>Trigo NY (US\$).</u>	1.034,25
<u>OURO (US\$).</u>	1.835,60
<u>Boi Gordo (R\$).</u>	323,50
<u>Soja NY (US\$).</u>	1.702,00
<u>Fe CFR (US\$).</u>	135,69

INDICADORES DE MERCADO

<u>US T-2Y</u>	3,17	<u>Risco Brasil - CDS 5 anos - USD</u>	260,89
<u>US T-5Y</u>	3,34	<u>SELIC (%)</u>	12,75
<u>US T-10Y</u>	3,23		
<u>US T-20Y</u>	3,54		
<u>US T-30Y</u>	3,28		

ECONOMIA CEARENSE

<u>RCL - CE (2021)</u>	25.170,81 Mi	<u>INVES - CE (2021)</u>	3.477,67 Mi
<u>RCL - CE (ABR/2022)</u>	9.653,96 Mi	<u>INVES - CE (ABR/2022)</u>	585,59 Mi

INFLAÇÃO

<u>IPCA - Brasil - Acumulado em 12 meses (%)</u>	11,73	<u>IPCA - Fortaleza - Acumulado em 12 meses (%)</u>	11,89
--	-------	---	-------

Última atualização:
17/06/2022

